

				<p>O doutrinador Diógenes Gasparini, em Direito Administrativo, editora Saraiva, 16ª edição, São Paulo, 2011, leciona:</p> <p><i>“A par do conceito legal de polícia administrativa dado pelo art. 78 do Código Tributário Nacional, pose-se conceituar essa atribuição como sendo a que <u>dispõe a Administração Pública para condicionar o uso, gozo e a disposição da propriedade e restringir o exercício da liberdade dos administrados no interesse público ou social</u>”.</i></p> <p>Nesses termos, não é o exercício do poder normativo que limita ou proíbe as construções urbanas, mas sim ao poder de polícia, capaz de condicionar o uso, gozo e disposição da propriedade, o que demonstra a inexatidão da afirmação inserida no “item II” da questão.</p> <p>Sobre poder hierárquico, transcrevemos lição emanada por Hely Lopes Meirelles, na obra Direito Administrativo Brasileiro, 33ª edição, editores Malheiros, 2007, p. 212:</p> <p><i>“Poder hierárquico é o que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal... O poder hierárquico tem <u>por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas</u>, no âmbito interno da Administração Pública”.</i> (grifamos)</p> <p>Assim, evidente a retidão da afirmativa inserida no “item III”.</p> <p>Por estas razões, deferimos o recurso, mantendo a questão alterando o gabarito preliminar para letra “D”.</p>
		20	Requer anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito	<p>Recurso sem provimento. O candidato requer anulação da questão por duplicidade de gabarito.</p> <p>Vejam a questão:</p> <p>QUESTÃO 20</p> <p>Sobre poder de polícia, assinale a alternativa INCORRETA:</p> <p>A) Permite à Administração Pública editar normas sanitárias.</p> <p>B) A autoexecutoriedade é um dos atributos do poder de polícia.</p> <p>C) A coercibilidade do poder de polícia permite livre execução dos atos da Administração Pública.</p> <p>D) O poder de polícia possui atividade negativa, ao passo que impõe obrigação de não fazer ao particular.</p> <p>Para o candidato não há alternativa incorreta entre aquelas postas à sua apreciação, visto que, alternativa “C”, tida como gabarito preliminar, é certa ao <i>“...apresenta como características do PODER DE POLÍCIA a DISCRICIONARIEDADE, A AUTOEXECUTORIEDADE E A COERCIBILIDADE”.</i> E que <i>“a coercibilidade é indissociável da autoexecutoriedade. O ato de polícia só é autoexecutivo porque dotado de força coercitiva”.</i></p> <p>Para Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 33ª edição,</p>

			<p>editores Malheiros, 2007, p. 138, a coercibilidade é o atributo do poder de polícia que permite “a imposição coativa das medidas adotadas pela Administração”.</p> <p>Deste modo, a afirmação de que a coercibilidade do poder de polícia permite a livre execução dos atos da Administração Pública é incorreta ao passo que, nos termos da lição de Hely Lopes Meirelles citada, a coercibilidade do poder de polícia permite a imposição coativa das medidas adotadas pela administração, não sua livre execução.</p> <p>Portanto, sem razão o candidato. Mantida a questão e o gabarito preliminar.</p>
37	Requer alteração do gabarito preliminar.	<p>Recurso sem provimento. O candidato requer alteração do gabarito preliminar.</p> <p>Vejamos a questão: QUESTÃO 37 Julgue os itens abaixo:</p> <p>I. <i>Aos trabalhadores urbanos e rurais é garantido o salário nunca inferior ao mínimo.</i></p> <p>II. <i>A liberdade de expressão para fins lícitos é plena, respeitado os limites constitucionais.</i></p> <p>III. <i>A Constituição Federal assegura a obtenção de certidões em repartições públicas.</i></p> <p>Assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.</p> <p>B) Apenas os itens II e III são verdadeiros.</p> <p>C) Apenas os itens I e III são verdadeiros.</p> <p>D) Todos os itens são verdadeiros.</p> <p>Afirma o candidato que a frase inserida no “item I” da questão encontra-se incorreto por não contemplar todo o texto legal do art. 7º, VII, da Constituição Federal.</p> <p>Diversamente do que pretende o candidato, não vislumbramos qualquer omissão ou inexatidão na afirmação inserida no “item I”, visto que, a Constituição Federal garante o salário nunca inferior ao mínimo aos trabalhadores urbanos e rurais.</p> <p>Sem razão o candidato. Recurso não deferido. Questão e gabarito preliminar mantido.</p>	
38	Requer alteração do gabarito preliminar.	<p>Recurso com provimento. Busca o candidato alteração do gabarito preliminar.</p> <p>Vejamos a questão: QUESTÃO 38 Julgue os itens abaixo:</p> <p>I. <i>O brasileiro nato, no gozo dos direitos políticos, é denominado cidadão.</i></p> <p>II. <i>O brasileiro naturalizado, participante da vida do Estado, é denominado cidadão.</i></p> <p>III. <i>Nação é o agrupamento humano ligado por diferentes laços, entre eles, histórico e econômico.</i></p> <p>Assinale a alternativa CORRETA:</p>	

				<p>A) Apenas os itens I e II são verdadeiros. B) Apenas os itens II e III são verdadeiros. C) Apenas os itens I e III são verdadeiros. D) Todos os itens são verdadeiros.</p> <p>Para o candidato a alternativa inserida no “item II” é falsa, visto que, “em momento algum a alternativa deixa margem que o brasileiro naturalizado estava ou esta no gozo e exercícios do direito político, portanto, no caso dessa assertiva ele não pode ser considerado cidadão”.</p> <p>O item questionado pelo candidato prescreve que “o brasileiro naturalizado, participante da vida do Estado, é denominado cidadão”, corroborando com a argumentação do candidato, transcrevemos trecho da obra de Alexandre de Moraes, 27ª edição, em Direito Constitucional, editora Atlas, 2011, p. 218, conceitua cidadão como “o nacional (brasileiro nato ou naturalizado) no gozo dos direitos políticos e participantes da vida do Estado”.</p> <p>Como se vê, para ser cidadão, o brasileiro nato ou naturalizado precisa estar no gozo dos direitos políticos e participante da vida do Estado, razão pela qual, consideramos falsos os “itens I e II”.</p> <p>Portanto, apesar de não ter sido requerido pelo candidato, a banca examinadora decida por anular a presente questão por inexistência de gabarito possível.</p>
Edimar Rodrigues da Silva - 00404	Procurador Jurídico	19	Requer alteração do gabarito preliminar.	<p>Recurso com provimento. Vejamus a questão: QUESTÃO 19 Julgue os itens abaixo: IV. O poder discricionário oportuniza à Administração Pública avaliar a conveniência e oportunidade da prática de um ato administrativo. V. O poder normativo é responsável por limitar e proibir as construções em áreas urbanas. VI. O poder hierárquico permite à Administração Pública coordenar as atividades administrativas. Assinale a alternativa correspondente ao julgamento realizado: A) Todos os itens são verdadeiros. B) Apenas os itens I e II são verdadeiros. C) Apenas os itens II e III são verdadeiros. D) Apenas os itens I e III são verdadeiros.</p> <p>Sustenta o gabarito deve ser alterado para alternativa “D”, ou seja, para ele, a afirmação contida no “item II” é falsa e do “item III” é verdadeira.</p> <p>O doutrinador Diógenes Gasparini, em Direito Administrativo, editora Saraiva, 16ª edição, São Paulo, 2011, leciona: “<u>A par do conceito legal de policia administrativa dado pelo art. 78 do Código Tributário Nacional, pose-se conceituar essa atribuição como sendo a que dispõe a Administração Pública para condicionar o uso, gozo e a disposição da propriedade e</u></p>

				<p><i>restringir o exercício da liberdade dos administrados no interesse público ou social”.</i></p> <p>Nesses termos, não é o exercício do poder normativo que limita ou proíbe as construções urbanas, mas sim ao poder de polícia, capaz de condicionar o uso, gozo e disposição da propriedade, o que demonstra a inexatidão da afirmação inserida no “item II” da questão.</p> <p>Sobre poder hierárquico, transcrevemos lição emanada por Hely Lopes Meirelles, na obra Direito Administrativo Brasileiro, 33ª edição, editores Malheiros, 2007, p. 212:</p> <p><i>“Poder hierárquico é o que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal... O poder hierárquico tem <u>por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública</u>”.</i> (grifamos)</p> <p>Assim, evidente a retidão da afirmativa inserida no “item III”.</p> <p>Por estas razões, deferimos o recurso, mantendo a questão alterando o gabarito preliminar para letra “D”.</p>
Luis Felipe Carniel- 00233	Procurador Jurídico	19	Requer alteração do gabarito preliminar.	<p>Recurso com provimento.</p> <p>Veamos a questão:</p> <p>QUESTÃO 19</p> <p>Julgue os itens abaixo:</p> <p>VII. O poder discricionário oportuniza à Administração Pública avaliar a conveniência e oportunidade da prática de um ato administrativo.</p> <p>VIII. O poder normativo é responsável por limitar e proibir as construções em áreas urbanas.</p> <p>IX. O poder hierárquico permite à Administração Pública coordenar as atividades administrativas.</p> <p>Assinale a alternativa correspondente ao julgamento realizado:</p> <p>A) Todos os itens são verdadeiros.</p> <p>B) Apenas os itens I e II são verdadeiros.</p> <p>C) Apenas os itens II e III são verdadeiros.</p> <p>D) Apenas os itens I e III são verdadeiros.</p> <p>Sustenta o gabarito deve ser alterado para alternativa “D”, ou seja, para ele, a afirmação contida no “item II” é falsa e do “item III” é verdadeira.</p> <p>O doutrinador Diógenes Gasparini, em Direito Administrativo, editora Saraiva, 16ª edição, São Paulo, 2011, leciona:</p> <p><i>“A par do conceito legal de polícia administrativa dado pelo art. 78 do Código Tributário Nacional, pose-se conceituar essa atribuição como sendo a que <u>dispõe a Administração Pública para condicionar o uso, gozo e a disposição da propriedade e</u></i></p>

			<p><i>restringir o exercício da liberdade dos administrados no interesse público ou social”.</i></p> <p>Nesses termos, não é o exercício do poder normativo que limita ou proíbe as construções urbanas, mas sim ao poder de polícia, capaz de condicionar o uso, gozo e disposição da propriedade, o que demonstra a inexatidão da afirmação inserida no “item II” da questão.</p> <p>Sobre poder hierárquico, transcrevemos lição emanada por Hely Lopes Meirelles, na obra <i>Direito Administrativo Brasileiro</i>, 33ª edição, editores Malheiros, 2007, p. 212:</p> <p><i>“Poder hierárquico é o que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal..</i></p> <p><i>O poder hierárquico tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública”.</i> (grifamos)</p> <p>Assim, evidente a retidão da afirmativa inserida no “item III”.</p> <p>Por estas razões, deferimos o recurso, mantendo a questão alterando o gabarito preliminar para letra “D”.</p>
	24	Requer anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito	<p>Recurso sem provimento. O candidato requer anulação da questão por inexistência de gabarito.</p> <p>Vejamos a questão:</p> <p>QUESTÃO 24 Sobre prescrição, julgue os itens abaixo:</p> <p>I. <i>Os representantes legais podem ser ajuizados por seus representados se derem causa à prescrição dos direitos destes.</i></p> <p>II. <i>A prescrição deve ser levantada em primeiro grau de jurisdição, sob pena de renúncia.</i></p> <p>III. <i>É possível renunciar tacitamente à prescrição.</i></p> <p>Assinale a alternativa correspondente ao julgamento realizado:</p> <p>A) <i>Apenas os itens I e II são verdadeiros.</i></p> <p>B) <i>Apenas os itens II e III são verdadeiros.</i></p> <p>C) <i>Apenas os itens I e III são verdadeiros.</i></p> <p>D) <i>Todos os itens são verdadeiros.</i></p> <p>Em síntese o candidato afirma que o “item I” posto a sua apresentação encontra-se incorreta perante a legislação correspondente.</p> <p>Passamos a análise do “item I”.</p> <p>O art. 195, do Código Civil reza que <i>“os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente”.</i></p> <p>Portanto, nos termos da legislação, verdadeira a afirmação contida no</p>

			<p>“item I”.</p> <p>Passamos a análise do “item II”.</p> <p>Reza o art. 193 do Código Civil que “a prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita”.</p> <p>Assim, evidente a inexatidão da afirmação do “item II” de haverá renúncia da prescrição se não arguida em primeiro grau de jurisdição.</p> <p>Passamos a análise do “item III”.</p> <p>Sobre a possibilidade de renúncia tácita da prescrição, prevê o art. 191 que “<i>a renúncia da prescrição pode ser expressa ou <u>tácita</u>, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; <u>tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição</u>”.</i></p> <p>Logo, verídica a afirmação do “item III” de que é possível renunciar tacitamente à prescrição.</p> <p>Com estas razões, apesar da ampla argumentação trazida pelo candidato, o recurso não merece prosperar. Mantida a questão e o gabarito preliminar.</p>
31	Requer anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito	<p>Recurso com provimento. O candidato requer anulação da questão. Vejamos a questão:</p> <p>QUESTÃO 31</p> <p>A Constituição Federal Brasileira de 1988 classifica-se como:</p> <p>A) Rígida.</p> <p>B) Flexível.</p> <p>C) Semirrígida.</p> <p>D) Analítica.</p> <p>O candidato sustenta em suas razões, através de citações de artigos extraídos da internet, que a Constituição Federal de 1988 classifica-se como regida e analítica, o que anula a questão face a multiplicidade de gabarito possível.</p> <p>Para o doutrinador Alexandre de Moraes, 27ª edição, em Direito Constitucional, editora Atlas, 2011, p. 11, item 3.8, “<i>nossa atual Constituição Federal apresenta a seguinte classificação: formal, escrita, legal, dogmática, promulgada (democrática, popular), <u>rígida, analítica</u>”.</i></p> <p>Portanto, com razão o candidato. Recurso deferido. Questão anulada.</p>	
36	Requer alteração do gabarito preliminar.	<p>Recurso sem provimento. Busca o candidato alteração do gabarito preliminar ou anulação da questão. Vejamos a questão:</p> <p>QUESTÃO 36</p> <p>Julgue os itens abaixo:</p> <p><i>I. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é legitimado à arguição de descumprimento de preceito fundamental.</i></p> <p><i>II. O Supremo Tribunal Federal é o único competente para processar e julgar a</i></p>	

				<p>arguição de descumprimento de preceito fundamental.</p> <p>III. A arguição de descumprimento de preceito fundamental tem caráter subsidiário à ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>Assinale a alternativa correspondente ao julgamento realizado:</p> <p>A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.</p> <p>B) Apenas os itens II e III são verdadeiros.</p> <p>C) Apenas os itens I e III são verdadeiros.</p> <p>D) Todos os itens são verdadeiros.</p> <p>Em síntese, para o candidato a afirmação inserida no “item III” da questão é verdadeira, com base em sua argumentação, conclui que a ação de descumprimento de preceito fundamental é sim subsidiária da ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>Mais uma vez, citamos Alexandre de Moraes, 27ª edição, em Direito Constitucional, editora Atlas, 2011, p. 809, sobre Arguição de descumprimento de preceito fundamental, demonstramos a inexistência do “item III”:</p> <p><i>“caráter subsidiário: a lei expressamente veda a possibilidade de arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade. Obviamente, esse mecanismo de efetividade dos preceitos fundamentais não substitui as demais previsões constitucionais que tenham semelhante finalidade, tais como habeas corpus, habeas data; mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção; ação popular; ação direta de inconstitucionalidade genérica, interventiva ou por omissão e ação declaratória de constitucionalidade. Como ressaltou o Supremo Tribunal Federal, ‘é incabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental quando ainda existente medida eficaz para sanar a lesividade’”.</i></p> <p>Assim, sem razão o candidato. Questão mantida e gabarito preliminar confirmado.</p>
Rafael ribeiro da silva 00483	Técnico Esportivo	18	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	<p>Recurso com provimento. A argumentação do candidato foi aceita, recurso procedente. A opção correta é a letra B e não a Letra A. O município de Figueirópolis D'Oeste possui um território de aproximadamente 900 Km², conforme alega o candidato e conforme consta no IBGE. Portanto, no gabarito oficial e final, passa a constar como opção correta a letra B, aproximadamente 900 Km².</p> <p>Fica, portanto, retificada a resposta da questão 18, passando para a alternativa “B”.</p>

ENSINO MÉDIO

Candidato / Inscrição	Cargo	N. da Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Leandro Diniz Gomes - 00193 Wanessa Fernandes Daros - 00014 Fabio Junior Neves Fibra - 00503 Aparecida Vieira Machado dos Santos - 00450	Agente Administrativo	07	Alegam que o gabarito oficial apresentado pela banca aponta como correta a alternativa "D", no entanto, a correta é a alternativa "A".	Recurso com provimento. Houve falha na digitação do gabarito. Fica, portanto, retifica a resposta da questão 07, passando para a alternativa A.
Gelcimar F. C. Silva - 00516 Solene Maria da Silva - 00062 Arlêndice de Jesus Poquiviqui -00430 Edmar de Assis - 00413 Heidiany Pupin - 00411 Ana Paula Menezes da Silva Criado - 00462 Bruno dos Reis Lopes - 00007 José Ferreira Lopes Júnior - 00384		10	Requerem revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito	Recurso sem provimento. A equação pedida na questão número 10, se refere a equação da reta que é dada por $y = ax + b$. Como no eixo de X a reta passa pelo ponto -2, temos $x = -2$ e $y = 0$, já no eixo de y a reta passa pelo ponto 3, portanto $x = 0$ e $y = 3$, ficando (-2,0),(0,3) . Resolução: Equação 1 (-2,0) $Y = ax + b$ $0 = a \cdot (-2) + b$ $0 = -2a + b$ $2a = b$ $a = b/2$ Equação 2 (0,3) $Y = ax + b$ $3 = a \cdot 0 + b$ $3 = b$ Se $b = 3$ então o valor de $a = b/2$ ou $a = 3/2 = 1,5$ substituindo temos $y = ax + b$ $y = 1,5x + 3$, portanto alternativa "C" confirmada sem alteração.
		16	Requerem revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito	Recurso sem provimento. A argumentação dos candidatos não foi aceita. Na questão número 16, na letra "B" está escrito que o Forte Coimbra "foi fundado em 22 de setembro de 1775, na margem direita do rio Paraguai". As demais opções da questão fazem referência a fundação do forte Coimbra em outros rios. A questão explora o conhecimento do candidato sobre o ano de fundação do Forte Coimbra e em qual rio ele se posicionava. Portanto, fica mantida a questão.
		25	Requerem anulação da questão por não concordar com a	Recurso com provimento. Questão anulada.

			resposta do gabarito	
Ana Paula Menezes da Silva Criado - 00462	Agente Administrativo	39	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito	Recurso com provimento. Questão anulada.
Fabio Junior da Silva - 00385	Fiscal de Obras e Postura	10	Requer anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito	Recurso sem provimento. A equação pedida na questão número 10, se refere a equação da reta que é dada por $y = ax + b$. Como no eixo de X a reta passa pelo ponto -2, temos $x = -2$ e $y = 0$, já no eixo de y a reta passa pelo ponto 3, portanto $x = 0$ e $y = 3$, ficando $(-2,0),(0,3)$. Resolução: Equação 1 $(-2,0)$ $Y = ax + b$ $0 = a \cdot (-2) + b$ $0 = -2a + b$ $2a = b$ $a = b/2$ Equação 2 $(0,3)$ $Y = ax + b$ $3 = a \cdot 0 + b$ $3 = b$ Se $b = 3$ então o valor de $a = b/2$ ou $a = 3/2 = 1,5$ substituindo temos $y = ax + b$ $y = 1,5x + 3$, portanto alternativa "C" , confirmada sem alteração.
		25	Requer anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso com provimento. Questão anulada.
		20	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. A argumentação do candidato não foi aceita. A questão pede para o candidato analisar as afirmativas sobre a origem dos migrantes que povoaram Figueirópolis D'Oeste, cabendo ao candidato escolher a afirmativa que estivesse correta quanto a principal origem dos migrantes. Certamente vieram pessoas de diversos estados, mas segundo a historiografia do município, vieram principalmente dos estados relacionados na opção A. Recurso Indeferido.
Josimeire Ferreira Serpa - 00082	Técnico em Enfermagem	07	Alega que o gabarito oficial apresentado pela banca aponta	Recurso com provimento. Houve falha na digitação do gabarito. Fica, portanto, retifica a resposta da questão 07, passando para a alternativa A.

			como correta a alternativa "D", no entanto, a correta é a alternativa "A".	
		31	Alegam que o gabarito oficial apresentado pela banca aponta como correta a alternativa "B", no entanto, a correta é a alternativa "D".	Recurso sem provimento. A candidata confundiu ao consultar o gabarito, pois consta como a alternativa "D" a correta.
Maria Aparecida Silva - 00448	Técnico Administrativo Educacional	07	Alega que o gabarito oficial apresentado pela banca aponta como correta a alternativa "D", no entanto, a correta é a alternativa "A".	Recurso com provimento. Houve falha na digitação do gabarito. Fica, portanto, retificada a resposta da questão nº 07, passando para a alternativa A.
		10	Requer anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito	Recurso sem provimento. A equação pedida na questão número 10, se refere a equação da reta que é dada por $y = ax + b$. Como no eixo de X a reta passa pelo ponto -2, temos $x = -2$ e $y = 0$, já no eixo de y a reta passa pelo ponto 3, portanto $x = 0$ e $y = 3$, ficando $(-2,0), (0,3)$. Resolução: Equação 1 $(-2,0)$ $Y = ax + b$ $0 = a \cdot (-2) + b$ $0 = -2a + b$ $2a = b$ $a = b/2$ Equação 2 $(0,3)$ $Y = ax + b$ $3 = a \cdot 0 + b$ $3 = b$ Se $b = 3$ então o valor de $a = b/2$ ou $a = 3/2 = 1,5$ substituindo temos $y = ax + b$ $y = 1,5x + 3$, portanto alternativa c confirmada sem alteração.
		16	Requer revisão da questão por não	Recurso sem provimento. A argumentação da candidata não foi aceita. Na questão número 16, na letra "B" está escrito que o Forte Coimbra "foi fundado em 22 de setembro de 1775, na margem direita do rio Paraguai". As demais

			concordar com a resposta do gabarito	opções da questão fazem referência a fundação do forte Coimbra em outros rios. A questão explora o conhecimento do candidato sobre o ano de fundação do Forte Coimbra e em qual rio ele se posicionava. Portanto, fica mantida a questão.
		25	Requer anulação da questão por não concordar com a resposta do gabarito	Recurso com provimento. Questão anulada.

ENSINO FUNDAMENTAL

Bismark Ronaldo vilela 00367	Operador de Máquinas Pesadas.	22	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. A barra de tração serve para acoplar os implementos ao trato. Portanto, fica mantida a questão e o gabarito.
		23	Requer revisão da questão por não concordar com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. O esforço tratorio depende do rodado e do solo, pois este se desloca e envolve característica tipo pneu, peso transferindo do trator, tipo do solo, patinagem, entre outros. Portanto, fica mantida a questão e o gabarito.
		26	Alega que o gabarito oficial apresentado pela banca aponta como correta a alternativa "D", no entanto, a correta é a alternativa "B".	Recurso com provimento. Houve falha na digitação do gabarito. Fica, portanto, retificada a resposta da questão 26, passando para a alternativa B.
		28	Requer revisão da questão por não concorda com a resposta do gabarito.	Recurso sem provimento. A questão fica mantida, pois os outros tratores não atende a toda as etapas que foram enumeradas na questão. Fica mantida a questão e o gabarito.

II – Comunicar que não mais será concedido prazo para apresentação de recursos na esfera administrativa nos termos do Edital nº 001/2012.

Figueirópolis D'Oeste, em 19 de Junho de 2012.

Fernanda de Oliveira Bonfim

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2012



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIROPÓLIS D'OESTE
CONCURSO PÚBLICO 001/2012
EDITAL COMPLEMENTAR N.009

A Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n.º 001/2012, nos termos dos itens 9.9 e 9.10 do Edital n.º. 001/2012, visando atender aos princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade;

Considerando a apreciação dos recursos oferecidos quanto à divulgação do gabarito preliminar pela Banca Examinadora,

RESOLVE:

I – Divulgar o resultado do julgamento dos recursos apresentados pelos candidatos, conforme abaixo:

NÍVEL SUPERIOR

Candidato / Inscrição	Cargo	Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Thiago Luiz Alves do Nascimento - 00673	Procurador Jurídico	19	Requer alteração do gabarito preliminar.	Recurso com provimento. Vejamus a questão: QUESTÃO 19 Julgue os itens abaixo: <i>I. O poder discricionário oportuniza à Administração Pública avaliar a conveniência e oportunidade da prática de um ato administrativo.</i> <i>II. O poder normativo é responsável por limitar e proibir as construções em áreas urbanas.</i> <i>III. O poder hierárquico permite à Administração Pública coordenar as atividades administrativas.</i> Assinale a alternativa correspondente ao julgamento realizado: A) Todos os itens são verdadeiros. B) Apenas os itens I e II são verdadeiros. C) Apenas os itens II e III são verdadeiros. D) Apenas os itens I e III são verdadeiros. Sustenta o gabarito deve ser alterado para alternativa “D”, ou seja, para ele, a afirmação contida no “item II” é falsa e do “item III” é verdadeira.